



**ST16. INTERFACES ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA
50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964**

1012

**CACOS DE PASSADO E DE MEMÓRIA: A DITADURA MILITAR
BRASILEIRA (1964-1985) E ENSINO DE HISTÓRIA**

*Silvano Fidelis de Lira¹
João Batista Gonçalves Bueno²*

Resumo: Em 2014, assistimos uma série de tentativas de “recuperação de passado”, quando da comemoração dos cinquenta anos da Ditadura Civil-Militar brasileira. Esse processo foi uma tentativa de trazer para o presente a memória traumática do passado brasileiro. Muitos professores de História das escolas básicas engajaram-se nesse processo. Propomos refletir neste artigo sobre o uso de documentários para ensino de história. A atividade de analisar o documentário “O Dia que durou 21 anos” (2011), de Flávio Tavares, foi muito utilizada nas escolas brasileiras, pois esta produção é facilmente encontrada na internet. Este documentário relaciona diferentes momentos e tempos históricos, os quais constroem uma teia que relacionam problemas sociais, políticos e culturais. Acreditamos que podemos criar reflexões sobre o uso desse documentário como documento histórico em sala de aula, utilizando as reflexões elaboradas pelo filósofo alemão, Walter Benjamin (2012) nas suas “Teses sobre o conceito da História” Pretendemos, assim, contribuir para que as discussões realizadas em sala e aula e que tem como objeto este filme, alterem as visões do presente ao mesmo tempo que alterem as visões do passado dos alunos. Utilizamos também como referenciais teóricos E. P Thompson e M. Chartier.

Palavras-chave: Ditadura Militar; História; Prática de Ensino.

*Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.
(Bertold Brecht)*

¹Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2012). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal da Paraíba. E-mail: silvanohistoria@gmail.com.

²Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal da Paraíba e do Mestrado em Formação de Professores/Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: joaobgbueno@hotmail.com.

A DITADURA MILIAR BRASILEIRA (1964-1985): DO ACONTECIMENTO À SALA DE AULA

Amanhecia o dia como qualquer outro, mas, por inúmeros motivos aquela manhã era diferente, algo dava a ela um ar pesado, triste, parecia tenebrosa. Uma névoa dava um aspecto sepulcral ao céu do Brasil. Parecia que o luto reinava sobre a vida que, lentamente, ainda despertava...

Tudo parecia ter um ar pesado, até mesmo o vento era mais calmo, parecia temer algo e escondia-se. Nas ruas apenas algumas pessoas, desavisadas dos acontecimentos, caminhavam calmamente. Os sinos da igreja convocavam os fiéis a rezarem em ação de graças pelo sucesso da “revolução”, era, também, um agradecimento das famílias, que dias antes haviam se unido em torno de um clamor pela liberdade³. Terços e cantos agradeciam aos céus pelos últimos acontecimentos.

Com o nascer do sol, nasciam também rumores de que o governo havia sido deposto, os tanques do exército começaram o seu macabro desfile pelas principais avenidas do Rio de Janeiro. Tanques de guerra ocupavam as ruas, pessoas eram presas. Afinal, o que acontecia? O que era aquilo que parecia alterar a ordem das coisas, revirar pelo avesso a nação e os direitos democráticos individuais e coletivos?

O rádio que ficara no canto da sala noticiou: “*Foi deposto o Presidente Jango! Está vacante o cargo do executivo!*”, as palavras do locutor rasgaram a democracia, eram os primeiros ecos de vinte e um anos de ditadura militar. Era uma (maldita) manhã de 1º de abril de 1964.

Apenas dois dias se passaram o rádio voltava a noticiar novos passos da “revolução”, desta vez a confirmação do Golpe. O General Castelo Branco, estava sendo empossado como o primeiro presidente militar, a essa altura e no caminhar (rápido) dos acontecimentos, Jango já havia sido exilado no Uruguai.

O Brasil passava a viver sob a égide do governo autoritário, marcado por torturas, mortes, desaparecimentos e extinção das liberdades coletivas e individuais. Os Estados Unidos da América, juntamente com a classe média brasileira e igreja católica, comemoravam o sucesso do processo, para eles, o Golpe (revolução!?) de 1964, seria o fim de uma ameaça comunista no Brasil, ainda acuados e temendo a plena realização das Reformas de Base⁴, propostas pelo presidente exilado, seria o estopim para que o

³ Referência ao movimento surgido em março de 1964 e que consistiu numa série de manifestações, organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente João Goulart anunciou seu programa de reformas de base. Tais manifestações reuniram variados segmentos da classe média, que, liderados pelo medo de um suposto “perigo comunista” e favorável à deposição do presidente da República. Interessante ressaltar, que em Abril de 2014, quando se falava no aniversário dos 50 anos do Golpe Militar, aconteceram várias tentativas de se organizar uma nova edição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em várias cidades brasileiras, o movimento mostrou-se um fiasco, não conseguindo ser realizado em nenhuma delas.

⁴ Conjunto de propostas desenvolvidas, em 1958, pelo então presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira, objetivavam realizar alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas que garantisse a superação do subdesenvolvimento e permitisse uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil. A proposta foi retomada por João Goulart, e passaram então a serem consideradas como principal bandeira de luta, o que para a classe média e as forças armadas passam a entender como as sementes de uma “revolução socialista”.

Brasil viesse a se tornar o ponto inicial de uma revolução socialista, aos moldes do que havia ocorrido em Cuba, sob a liderança de Che e dos irmãos Castro.

A classe média receosa apoiou fortemente os movimentos de apoio ao Golpe, o “perigo” do eminente comunismo, foi o estopim para que o governo fosse derrubado.

Os pronunciamentos do presidente [Jango] causaram grande comoção em setores conservadores que desejavam sua derrubada do governo. O medo da radicalização dessas medidas e um suposto “perigo comunista” levou milhares de pessoas às ruas nas “Marchas da família com Deus pela liberdade”, organizadas por clérigos e entidades feministas, realizadas em várias cidades do país, sendo em algumas delas apoiadas pelos seus governantes (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, 2013, p. 15).

Esse é o cenário inicial em que os acontecimentos de 1964 fossem possíveis, um golpe planejado dentro da cúpula do exército e do governo estadunidense ganhava forma e consistência naquela manhã de primeiro de abril. Muito estava por acontecer ainda, seriam vinte e um anos de um regime autoritário, arbitrário, que matou, torturou e exilou brasileiros e qualquer quem se posicionasse contra (TELES, 2009).

Em 2014, portanto 50 anos depois, falar sobre as marcas deixadas por esse acontecimento ainda se configura como a discussão de um “tema sensível”, não só porque é algo muitas vezes doloroso de falar, mas porque ainda faz parte de uma memória recente do povo brasileiro, ora, deve-se ter em vista que 1964 é apenas o ponto inicial para os acontecimentos que vieram posteriormente, tivemos até 1985 a atuação de um governo antidemocrático, e somando-se a isso temos as inúmeras famílias que ainda lutam para poder dar a seus entes um enterro digno.

Hoje muitas famílias ainda perguntam; “*Onde estão os nossos mortos?*” pergunta que pode ser revestida de significados, perguntar pelos mortos e desaparecidos é perguntar-se pela memória. O direito de sepultar seus mortos é também um direito a memória. Portanto, falar em Ditadura Militar brasileira é ainda hoje, tocar em tema que faz parte de uma memória recente, que muitas vezes dói, fere e faz verter lágrimas.

Mas como esse tema deve ser tratado em sala de aula? Quais as alternativas para que o ensino de história contemple o tema da Ditadura Militar sem minimizá-lo, ou, torná-lo banal, comum? O primeiro ponto de reflexão é entendermos qual o objetivo do ensino de história. Em que consiste reunir os cacos do passado e da memória e articulá-los em um conhecimento escolar? Será que nossos alunos tem interesse em compreender as dinâmicas temporais e as suas relações humanas?

Não é mais nenhuma novidade falar que o ensino de história é um elemento fundamental na construção de identidades, a partir de uma seleção de conhecimentos o conhecimento histórico proporciona ao sujeito conhecer-se, entrar em diálogo com as concepções de cultura, de sociedade e mesmo de cidadão. A história, ou o conhecimento histórico, é um elemento constituinte das identidades coletivas⁵. Nesse sentido, cabe

⁵A historiadora e professora Elza Nadai, escreve um pequeno artigo em que discute como o ensino de história pode ser analisado a partir de uma proposta do que a autora chama de “pedagogia do cidadão”. Acreditamos bastante pertinentes as arguições da autora, por isso, recomendamos a leitura por se tratar de uma discussão bastante necessária para os profissionais da educação, sobretudo, para aqueles que atuam

pensar também quais identidades estão sendo formadas em sala de aula. Será que estamos criando identidades fechadas, ou estamos possibilitando um conhecimento crítico sobre o passado e o presente? Ou será que estamos apenas “enchendo a mente” de nossos alunos de fatos, datas e nomes?

INDAGAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E DITADURA MILITAR BRASILEIRA: LIVRO DIDÁTICO E OUTRAS LINGUAGENS

Se pensarmos em educação, e em especificamente o ensino de história, estaremos necessariamente pensando também numa das principais ferramentas de ensino: o livro didático, quem tese é o material que sintetiza as principais propostas curriculares de um sistema educativo, trazendo em si as concepções de cultura e sociedade, que servem para direcionar a prática pedagógica do professor e auxiliar o aluno no entendimento e na compreensão dos conteúdos.

Entendemos que, *a priori*, o livro didático de história é uma tentativa de moldar o sujeito fazendo-lhe seguir as propostas de conhecimento já selecionado, conhecimento que muitas vezes é completamente diferente da formação social e cultural, em que o aluno está inserido. Há, portanto, uma imensa barreira entre o conhecimento do livro didático daquele a que o aluno tem conhecimento em sua vida social. Não há como negar que há em todo livro de história uma concepção de educação, de cultura e sociedade, sua produção não é algo fora da sociedade, mas, reflete um momento histórico.

Devemos compreender o livro didático em suas múltiplas dimensões, ele é bem mais que uma ferramenta de ensino ou um suporte que fornece apoio ao professor, o livro didático é, também, uma mercadoria, e por esse motivo, participando assim do funcionamento e manutenção da indústria cultural, torna-se, portanto, um meio de interesses e disputas entre autores e editoras.

Assim, não devemos compreendê-los como instrumentos desinteressados, mas entrelaçados por questões educativas, mas também mercadológicas e por interesses econômicos, sociais e políticos. Ora, se o livro didático produz um saber, ele participa da construção de identidades. De acordo com MIRANDA e LUCA (2004), apoiando-se na leitura de Alain Choppin⁶, é preciso compreender o livro didático a partir de uma série de questões.

Eles transmitem ideologias e trazem para dentro do cotidiano escolar um tipo de conhecimento, que na grande maioria das vezes foge à realidade do aluno, nesse sentido o papel do professor é mediar, criar relações entre esses conhecimentos instituídos e os conhecimentos não formais, que não compõem as propostas educativas trabalhadas pelo livro:

no ensino de história. Cf. NADAI, Elza. O ensino de História e a “pedagogia do cidadão”. In; PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 24. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, pp, 27-35.

⁶ Alain Choppin (1948-2009) foi um dos mais importantes pesquisadores do Service d'histoire de l'éducation do Institut National de Recherche Pédagogique, um dos principais centros de estudos de história e educação da França e de toda a Europa.

os livros didáticos não são somente ferramentas pedagógicas, mas também suportes de seleções culturais variáveis, verdades a serem transmitidas às gerações mais jovens, além de meios de comunicação cuja eficácia repousa na importância de suas formas de difusão. Nessa perspectiva, os livros, para além de se constituírem em vetores ideológicos, são fontes abundantes, diversificadas e, ao mesmo tempo, completas, visto que cada obra constitui uma unidade própria e coerente, com princípio, meio e fim. Dois aspectos particulares distintos, porém articulados, merecem ser destacados quando se intenta radiografar os resultados da avaliação do livro didático: a diversidade dessa fonte e a lógica mercadológica que orienta sua produção (p, 130).

É, então, partindo dessas observações que entendemos o livro didático, um instrumento que serve ao professor na transmissão do conhecimento, auxiliando-o na tarefa diária do ensinar. Infelizmente, muitas vezes, o livro didático é utilizado apenas como uma forma de resumir os conteúdos históricos, ou como forma de ilustrar os conteúdos trabalhados em sala de aula.

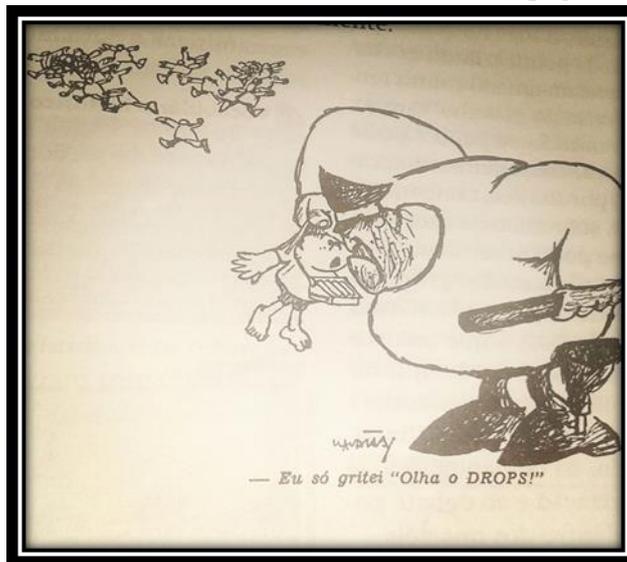
Para entendermos essas questões tomamos como material de análise o livro didático “Conexões com a História”⁷, tentando entender como o material monta imagens sobre a ditadura militar brasileira, nesse sentido estaremos analisando quais as possibilidades que ele aponta para o entendimento da temática, como ele junta os cacos do passado e constrói sentidos para a temática. Para chegarmos a nosso objetivo estaremos analisando o livro didático do terceiro ano do ensino médio, a escolha se dá pelo fato ser uma material mais consistente, que traz uma discussão mais aprofundada sobre o tema, dialogando com múltiplas linguagens, como a charge, o cinema e a literatura.

Enquanto instrumento pedagógico, o livro didático deve proporcionar ao aluno e ao professor múltiplas possibilidades de leitura do passado, deve despertar a criticidade e a interpretação dos sujeitos e dos acontecimentos históricos.

Atualmente estamos percebendo que eles fazem uso de linguagens, no plural, não é apenas o conhecimento sistematizado e organizado cronologicamente que compõe as páginas do livro de história, dialoga-se com outros mecanismos que são também estimuladores do saber. A charge, por exemplo, situa-se entre o cômico e o real, convida o leitor a lê-la, como um texto aberto, ou seja, possível de variadas interpretações, podendo ter sentidos distintos para quem a ler. Na medida em que isso acontece, o leitor cria uma costura de saberes entre a imagem (charge) e o texto (conteúdo).

⁷ O livro didático utilizando é destinado ao terceiro ano do ensino médio, e adotado por muitas escolas da rede estadual de educação do Estado da Paraíba. ALVES, Alexandre OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexões com a História**, vol. 3: da expansão imperialista aos dias atuais. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2010.

Imagem 1. Referência à perseguição aos que protestavam contra o Regime Militar, a charge faz referência ao DOPS e a truculência dos membros da repressão (Recorte do livro “*Conexões com a História, vol. 3*”, pág. 223).



1017

Em uma discussão rápida e bastante genérica, podemos perceber que o livro didático de história opera a partir de cortes temporais, na grande maioria das vezes os conteúdos estão selecionados em uma sequência lógica de acontecimentos, na abordagem do tema referente á Ditadura Militar não é diferente, o tema surge logo depois que o livro discute os desdobramentos da polarização mundial com a Guerra Fria, geralmente, quando há uma interligação entre os conteúdos didáticos, o próprio tema da ditadura é encarado como um evento subsequente à Guerra Fria, tendo estreita relação com ela.

O uso da charge como recurso educativo é apenas uma faceta a ser pensada, a charge quando inserida nas discussões escolares deixa de ser ilustrativa e passa a ser encarada como um material que pode levar o professor e o aluno a desenvolverem um diálogo profícuo entre os saberes. É uma maneira de permitir a capacidade interpretativa do aluno, pois, assim como o texto escrito, a imagem também deve ser lida e interpretada.

Parece-nos que aqui é um ponto interessante para pensarmos outra linguagem para o ensino de história: o documentário. Muitas vezes os professores ao utilizarem o documentário em sala de aula, o entendem como uma verdade que é transmitida tal qual ocorreu, na verdade, essa é uma questão que precisa ser refletida, sobretudo, no ensino de história, o documento, ou o material utilizado não são a verdade, mas filtros, interpretações do passado.

Por referir-se, quase geralmente, a um acontecimento facilmente localizável no tempo e no espaço, o documentário é visto como um discurso verdadeiro e imparcial sobre um tema. É necessário, contudo, compreender que entre o filme e o documentário existe uma realidade bastante expressiva.

O documentário analisa e institui um discurso sobre algo que é verdadeiro, compartilhado por um grupo social, o filme, por sua vez, é quase geralmente uma associação

entre ficção e realidade, não tem compromisso direto com a realidade, podendo tão somente, referir-se a ela. Esse gênerocinematográfico advém de uma relação direta e estrita com o registro, documentação, que em tese seria captação do evento, a ser passa sistematizada pelo documentário uma certa “autoridade” e “legitimidade”.

Se pensarmos de acordo com as considerações de Magalhães Junior (2010), o documentário deve ser vinculado à realidade, por ser uma representação da realidade, mas nunca a realidade em si. O documentário é algo que se refere a algo que aconteceu, todavia, não pode ser entendido como reprodução do acontecimento, pois é em grande medida uma representação e uma interpretação, institui em torno do acontecimento outros sentidos.

Sobre a diferenciação entre o documentário e o filme, vejamos o que nos aponta Magalhães Junior (*op cit.*):

Lembramos que, diferente da ficção, o documentário deve estar vinculado ao que realmente ocorreu, sabendo que nunca estaremos frente a frente com o mesmo instante documentado e sim com o sentido que o produto concebeu, mas que a percepção transmitida pode fazer o espectador ver o mundo de forma diferente, trata-se de um sentido que gera sentidos. Um filme é possibilidade da constituição de novos sentidos. (MAGALHÃES JUNIOR, 2010: 86)

Ao ser produzido, o documentário, assim como qualquer outro produto cultural passa por crivos, seleções e interesses, tornando-se um produto articulado com o seu lugar de produção, e mais ainda com o momento em que é produzido, a distância temporal entre o acontecimento e a produção se sua interpretação é responsável por uma série de mudanças na concepção do produto final. Certamente, um documentário sobre o Regime Militar brasileiro produzido nos Estados Unidos da América seria completamente diferente de um produzido no Brasil.

Os olhares sobre 1964 e seus desdobramentos variam de acordo com as temporalidades. Hoje, cinquenta anos depois é possível laçarmos outros olhares sobre aqueles acontecimentos, as possibilidades e as influências são múltiplas. Por exemplo; com a atuação da Comissão Nacional da Verdade⁸, e suas representações estaduais, hoje já é possível ter um diagnóstico do número de desaparecidos políticos e os mecanismos de tortura utilizados pelos órgãos de repressão do Regime Militar.

A leitura e as reflexões promovidas por Maria de Lourdes Monaco Janotti (2008), sobre a influência da imprensa no ensino de história no período ditatorial, além de ser uma importante contribuição para entendermos a atuação dos meios de comunicação nesse período, pode nos ajudar a entender também o documentário, enquanto instrumento de comunicação.

⁸A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Conheça abaixo a lei que criou a Comissão da Verdade e outros documentos-base sobre o colegiado. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. Para maiores informações acessar o site eletrônico da CNV <http://www.cnv.gov.br/index.php>.

Ora, ambos, o filme e o documentário, são instrumentos de comunicação de massa. E, ao mesmo tempo em que participam desse mundo comunicativo, eles, também estão entrelaçados com o contexto histórico a que se referem, ainda é necessário destacar, que assim como o documentário, o discurso produzido pela imprensa também tem um compromisso com a verdade, e com a realidade dos acontecimentos.

Devemos compreender que os materiais que veiculam notícias e informações sobre um acontecimentos são produtos, concebidos a partir de mecanismos comunicativos, que implicam em um olhar sobre aquilo que ocorre. A matéria do jornal, o filme, a charge, o documentário, etc., são produtos, frutos de interesses, de jogos de poder que deseja instituírem saberes e verdades em torno do acontecimento, não é a realidade, referem-se a ela, articulam-se em torno dela.

Retomando as discussões da autora sobre os meios de comunicação da imprensa poderiam ser utilizadas para entendermos a relação que o documentário pode estabelecer com a realidade, tendo em vista que ambos participam de uma proposta de circulação de informações, são, assim como autora pontua de maneira muito incisiva, “*mecanismos de apreensão do real*”;

entre o acontecimento e o texto publicado há diversos *mecanismos de apreensão do real*: o ponto de vista do repórter-observador, a redação do noticiário, a edição do texto, editoração e arte, imagens do ângulo do fotógrafo, escolha de imagens, espaço disponível e posição política do jornal. Todos esses procedimentos acabam por criar um outro fato, que ordena os acontecimentos de acordo com certa representação simbólica da realidade (JANOTTI, 2008, p, 101) – (Grifos nossos).

“O DIA QUE DUROU 21 ANOS”: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Produzido em 2012 e transmitido pela TV Brasil, e lançado no formato de DVD, no ano seguinte “*O dia que durou 21 anos*”⁹, é o documentário pode ser compreendido como um “novo” olhar sobre um tema já tão discutido pelo cinema, pelo jornalismo e pela história brasileira, tendo em vista que analisa um acontecimento a partir de um outro lugar, é não mais entender o golpe pelo golpe, mas perscrutar quais os interesses que estavam por trás daquele movimento, notadamente, um olhar sobre a interferência política dos norte americana na política brasileira.

⁹Recomendamos o material, que pode ser utilizado tanto para informação pessoal como para prática de ensino, o documentário está disponível na íntegra no link:<<https://www.youtube.com/watch?v=jYQ9rvehXCw>>.

Imagem 2. Capa do DVD “O dia que durou 21 anos”

1020

O título faz uma referência direta aos anos em que o governo federal foi liderado por militares, embora alguns estudiosos defendam que o Regime Militar tenha entrado em colapso antes de seu fim definitivo, em 1985, material que aqui discutimos opera em um recorte que vai de 1964, com a derrubada de Jango, até 1985, ano da redemocratização, em que foi eleito, embora por voto indireto, o civil Tancredo Neves.

Dirigido pelo jornalista Camilo Tavares, o longa metragem tenta dissecar a participação dos Estados Unidos no golpe de 1964, começando no interesse estadunidense pelo Brasil após a renúncia de Jânio Quadros e a polêmica ascensão de João “Jango” Goulart à presidência. A partir daí, por meio de imagens de arquivo e entrevistas, o documentário vai montando um quadro acerca da interferência do “Tio Sam” no cenário político nacional com o avanço da ditadura.

Este documentário mostra a influência do governo dos Estados Unidos no Golpe de Estado no Brasil em 1964. A ação militar que deu início a ditadura contou com a ativa participação de agências como CIA e a própria Casa Branca. Com documentos secretos e gravações originais da época, o filme mostra como os presidentes John F. Kennedy e Lyndon Johnson se organizaram para tirar o presidente João Goulart do poder e apoiar o governo do marechal Humberto Castelo Branco.

Eis uma breve síntese do material.

Mas como ele pode ser utilizado em sala de aula? Será que um material que traz uma discussão “nova” sobre um assunto amplamente discutido pode ser utilizado pelo professor como ferramenta didática para o ensino de história? Como pode ser trabalhado em paralelo ao livro didático?

Deve-se tem em vista que esse material é também uma linguagem, uma maneira de comunicação entre o saber e os alunos. Ele é um mecanismo de mediação de saberes, participa de uma proposta de articulação dos conhecimentos.

Acreditamos que a utilização do documentário como recurso didático deve, além de facilitar a aprendizagem, fazer com que o aluno possa entender a história e os acontecimentos de uma maneira nova, mais interessante, deixando de lado aquela vertente ilustrativa, mas percebendo o material exibido como outro acontecimento, não vendo no material um substituto do conhecimento articulado pelo livro, mas como algo que se completa, que se articula de maneira íntima.

De acordo com SOUZA e SARMENTE (S/D);

O documentário traz a possibilidade de o conteúdo trabalhado tornar algo mais sólido, palpável para o estudante. Quando trabalhamos com aulas expositivas e com o auxílio do livro didático, mesmo que o livro tenha imagens é difícil mostrar os aspectos daquele momento ou povo. Na maioria das vezes trabalhar com imagens do livro não é prazeroso para o estudante. Com o documentário a imagem esta em conjunto com uma narrativa que a elucida, a imagem sai do estado inanimado para animado, é a familiaridade com esses aspectos da mídia que auxilia na concentração e interesse dos estudantes.

Na medida em que o professor tem a sensibilidade de elencar novos instrumentos para suas aulas, elas podem se tornar espaços de produção e socialização do conhecimento, podem se tornarem momentos onde o aluno, não apenas armazena conhecimentos, mais o produz, o articula com a vida cotidiana. Se o saber não tiver relação com nossas vidas de nada ele servirá!

Um tema “sensível” como é o da Ditadura Militar, não pode ser compreendido, nem por professores e nem por alunos, como uma etapa dos assuntos, mas deve ser entendido como um momento de reflexão. É preciso estudar esse momento, criando em nossos adolescentes um zelo pela democracia. A ditadura precisa ser vista como uma ferida na história, o documentário deve ser utilizado com intuito de despertar a criticidade diante do passado, fazendo uma relação com o passado. É preciso criar um ensino que possibilite a criação, a mudança e a transformação de si.

Retomando Bertold Brecht, é preciso lembrar daqueles que lutam, dos momentos e das causas que lutam...

REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexões com a História, vol. 3: da expansão imperialista aos dias atuais**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2010.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (orgs.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. - 1. ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Imprensa e ensino na ditadura. In; FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008, pp, 95-115.

MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Germano. Luz, Câmera e Emoção: vídeos documentários e história da educação. In: VASCONCELOS, José Gerardo [et al.] (Orgs.). **Tempo Espaço e Memória da Educação**: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. Vasconcelos [et al.]. (Orgs.). Fortaleza: edições UFC, 2010.

MIRANDA, Sonia Regina Miranda; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.123-144, 2004.

PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 24. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, pp, 27 – 35.

SOUZA, Thyago Ruzemberg Gonzaga de & SARMENTO, Saulo Arão de Lima. **Documentários no ensino de história**. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT08/Artigo.pdf>. Acesso em 30 de Julho de 2014 às 11hs56min.

TELES Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.